



GT 01. A presença indígena na educação superior no contexto das universidades brasileiras: desafios na assistência estudantil e diálogos interculturais na formação profissional

Coordenador(es):

Marcos Antonio Braga de Freitas (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

Carlos Kleber Saraiva de Sousa (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Os povos indígenas têm ao longo da história de contato resistido aos diversos processos colonizatórios e dominação cultural. No contexto dessa resistência vem a luta pela garantia dos direitos sociais e culturais, destacando-se a questão do território, saúde, educação, entre outros. Entretanto, o recorte da proposta do GT é no campo das políticas públicas educacionais, com destaque para a educação superior como uma das formas de sua autonomia e resistência e fortalecimento identitário, sejam no âmbito das terras indígenas e/ou vivem e moram nas cidades. Destaca-se que a formação superior indígena no Brasil e na América Latina, a exemplo do México, Venezuela, Equador, Brasil, entre outras é uma realidade; tendo experiências exitosas no contexto da educação intercultural a partir dessa história de luta, resistência e os marcos legais. A formação intercultural indígena e as experiências em curso nas universidades brasileiras, a exemplo dos cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas e políticas de ações afirmativas com a presença indígena é uma realidade no contexto das políticas públicas das Instituições de Ensino Superior (IESs). A produção da literatura indígena e seus reflexos nos movimentos indígenas, nas escolas e comunidades indígenas são temas de discussões no GT a partir dos trabalhos de conclusão de curso e da própria formação profissional no âmbito das IESs.

Os Desafios Para a Permanência de Estudantes Indígenas no Ensino Superior (UFPA)

Autoria: Kleberson Almeida de Albuquerque (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA), Elma Alves de Lima
Este work consistiu em entender os desafios enfrentados por estudantes indígenas com relação a sua permanência na Universidade Federal do Pará (UFPA), uma das primeiras universidades a implantarem políticas de cotas voltadas para estudantes indígenas no Brasil. Resultado de uma atividade desenvolvida no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFPA, a presente pesquisa dialoga com Gersem Baniwa e outros autores que desenvolveram pesquisas sobre as políticas públicas de permanência de estudantes indígenas em Universidades Federais. Existem políticas de bolsas que visam fortalecer a permanência dos alunos indígenas na universidade, porém é importante saber qual é a visão que os seus beneficiários possuem a respeito destas políticas e, desta forma, aqui, nessa pesquisa, procuramos investigar a participação dos indígenas nestes processos e a ótica deles sobre os benefícios e desafios ainda existentes. Inicialmente se fez necessário uma revisão bibliográfica que apresentasse o tema, em seguida, partiu-se para pesquisa de campo, onde foram entrevistadas 3 estudantes indígenas da UFPA de diferentes cursos. Como resultado preliminar foi possível compreender, por meio de uma análise qualitativa, que as percepções que as mesmas possuem sobre o tema em questão era a de que as políticas públicas existentes para a permanência deste grupo de discentes na UFPA ainda são escassas e muitas vezes ineficazes. As entrevistas apontam para uma pouca participação da comunidade indígena no processo de seleção e elaboração das políticas de permanência estudantil, além destas serem vistas pelos estudantes indígenas como fora da realidade vivenciada por eles em suas comunidades tradicionais. Por fim cabe ressaltar também que a pesquisa apontou para o grande desafio que ainda é o preconceito vivenciado pelos estudantes indígenas na universidade, com relatos de situações de serem rotulados e inferiorizados por outros discentes e até mesmo



docentes. Com isso, percebe-se então a importância de dar voz a este grupo, a fim de que tais problemas sejam sanados, tendo sua cultura e existência levados em consideração.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: